

IPTU para o comércio da Asa Norte sobe até 100%

É a consequência da valorização. Reajuste da alíquota não passou

Comerciantes estabelecidos na Asa Norte, vão pagar até 100% a mais de IPTU no próximo ano. O aumento é consequência da atualização do valor venal (nominal) dos imóveis da área, aprovada ontem pela Câmara Legislativa. Não houve aumento da alíquota, como pretendia o Governo. Venceu a oposição, que era contra o projeto. Diante da derrota iminente, o Governo retirou a proposta de pauta. "Não tive escolha, íamos perder", justificou a deputada Lúcia Carvalho, líder do Governo.

Ficam, portanto, mantidas as alíquotas de 0,3% em vigor desde 1995, com a declaração de ilegalidade do projeto de tributação progressiva pelo Supremo Tribunal Federal e a liminar que impediu a cobrança do imposto nos assentamentos. Cerca de 60% dos imóveis do Distrito Federal ficaram com o mesmo valor venal deste ano, o que significa que, para estes, o IPTU não sofrerá alteração em 97. Na média, segundo explicou um técnico da Câmara Legislativa, o valor do imposto vai subir 10%. O GDF, que contava com o aumento, deixará de arrecadar de R\$ 40 a R\$ 50 milhões mensais.

Os imóveis sem habite-se e os assentamentos que foram recadastrados, no entanto, vão pagar alíquotas de 0,3%. As novas alíquotas foram aprovadas pela Câmara Legislativa na sessão da tarde. Ficou decidido que mesmo aqueles que não se responderam ao recadastramento, poderão pleitear o benefício desde que comprovem ter construído em pelo menos 10% da área total do terreno.

Acordo - Para aprovar o aumento

médio de 67% no IPTU, por se tratar de projeto de lei complementar, o Governo teria de conseguir 13 votos. Até o início da sessão extraordinária na manhã de ontem, o PT ainda tentava negociar um acordo mas não conseguiu superar as resistências dos demais parlamentares. O PMDB e PSDB estavam fechados contra a questão. De acordo com o líder do PMDB, Luiz Estevão, desde a véspera, o partido havia conseguido arregimentar 16 votos contra o aumento. O projeto do governo pretendia elevar o valor das alíquotas de 0,3% para 0,5% e baixar as alíquotas de 3%, para os assentamentos e imóveis sem habite-se. "Aumentar imposto é a forma mais fácil do governo incompetente tentar equilibrar seu caixa", alfineta o deputado Tadeu Filipelli (PMDB). "Se o GDF cobrasse 10% da dívida ativa dos empresários poderia arrecadar o mesmo valor que conseguiria com o aumento do IPTU", sugere.

O problema é que o governo já havia lançado no orçamento para o próximo ano uma previsão de aumento na arrecadação em torno de 43,41%, R\$ 44.960.000,00. De acordo com o secretário de Fazenda e Planejamento, Mário Tinoco, os cofres do GDF vão perder de R\$ 40 a 50 milhões. "Vamos procurar receitas alternativas", assegurou. Para o deputado Wasny de Rôure (PT), o GDF deverá perder receita com a aprovação da nova alíquota para os imóveis sem habite-se e assentamentos. "Apesar de aumentar a base de arrecadação". O mérito da liminar que suspendeu a cobrança do IPTU nos assentamentos não foi julgado", acrescentou.